

TRIBUNA

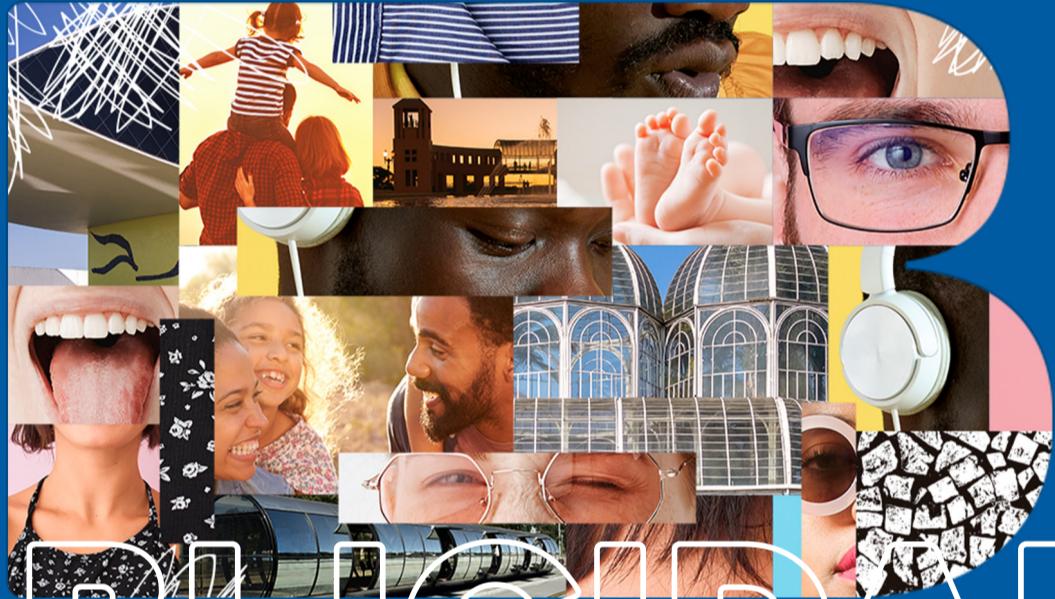
CONTEÚDO, PARCERIA E RESULTADO

SEXTA-FEIRA

28 DE FEVEREIRO DE 2025



EDIÇÃO
DIGITAL



PUBLICIDADE LEGAL

📞 (41) 99973 7688

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

Relatório da Administração - 2024

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em milhares de reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas demonstrações contábeis, não foram revisados pelos auditores independentes. Em observância às disposições constantes na Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. (KPMG) sobre as Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP, emitida nesta data, e com as respectivas Informações Anuais, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Destques Operacionais e Financeiros - 2024

Tráfego Pedagiado: A Companhia apresentou crescimento de 7,0% no tráfego no exercício de 2024, com **36,4 milhões de veículos equivalentes**. O mix de veículos equivalentes foi de 74,6% do tráfego representado por veículos pesados e 25,4% por veículos de leves.

Receita de Pedágio: A receita de pedágio da Companhia totalizou **R\$ 288,1 milhões** no exercício de 2024, com crescimento de 17,6% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

EBITDA Ajustado e Margem: O EBITDA Ajustado totalizou **R\$ 181,4 milhões** no exercício de 2024, acréscimo de 12,5%, com margem de **68,6%**.

Desempenho Operacional

Tráfego Pedagiado

Veículos Equivalentes (Mil)	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Total	9.515	8.883	7,1%	36.402	34.026	7,0%
Leves	2.430	2.293	6,0%	9.231	8.881	3,9%
Pesados	7.085	6.590	7,5%	27.171	25.145	8,1%

A Planalto Sul registrou 36,4 milhões de veículos equivalentes no exercício de 2024, aumento de 7,0% em comparação ao exercício de 2023. O mix de veículos foi de 74,6% para os pesados e 25,4% para os leves. No comparativo trimestral, a Companhia registrou um tráfego de 9,5 milhões de veículos equivalentes (+7,1%) no 4T24. O tráfego de veículos leves foi impulsionado por férias escolares, feriados prolongados e festividades de fim de ano, mas o crescimento foi parcialmente impactado pelas chuvas desde abril. No segmento de veículos pesados, a cobrança de eixos suspensos desde maio de 2024, a atividade da Klabin na região e recordes na exportação de café no Paraná e de carne suína em Santa Catarina contribuiram positivamente.

Tarifa Média

Tarifa Média (R\$/Veíc. Equiv.)	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Tarifa Média	7,96	7,33	8,6%	7,92	7,20	9,9%

A tarifa média no exercício de 2024 foi de R\$ 7,92, um aumento de 9,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T24, a tarifa média alcançou R\$ 7,96, representando um crescimento de 8,6% em relação ao 4T23. A variação reflete os reajustes tarifários aplicados no período, conforme previsto nos contratos de concessão. O reajuste tarifário anual da Companhia tem como data-base o mês de dezembro, considerando a aplicação do IPCA acumulado no período, conforme estipulado no contrato de concessão.

Desempenho Econômico-financeiro

Receita Operacional

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Receita Bruta	101.199	80.191	26,2%	407.687	308.845	32,0%
Receitas de pedágio	75.717	60.074	16,4%	288.149	244.998	17,6%
Receitas de Construção	25.182	14.810	70,0%	118.203	62.616	88,8%
Outras Receitas	300	307	(2,3%)	1.335	1.231	8,4%
Deduções	(6.645)	(5.680)	17,0%	(25.152)	(21.360)	17,8%
Receita Operacional Líquida	94.554	74.511	26,9%	382.535	287.485	33,1%
Receita Líquida Ajustada¹	69.372	59.701	16,2%	264.332	224.869	17,5%

1: Excluindo a Receita de Construção

Receita de Pedágio: A receita bruta de pedágio no exercício de 2024 totalizou R\$ 288,1 milhões, representando um crescimento de 32,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T24, a receita foi de R\$ 101,2 milhões, um aumento de 26,2% na comparação com o 4T23. O desempenho reflete, principalmente, o impacto dos reajustes tarifários previstos em contrato e a variação do tráfego nas rodovias administradas pela Companhia.

Receitas de Construção: As receitas de construção da Companhia totalizaram R\$ 118,2 milhões no exercício de 2024, um aumento de 88,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T24, a receita foi de R\$ 25,2 milhões, aumento de 70,0% na comparação com o 4T23. Essa linha representa apenas um ajuste contábil, sem impacto no caixa da Companhia.

Outras Receitas: As receitas acessórias registraram R\$ 1,3 milhões no exercício de 2024, com um aumento de 8,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T24, as receitas alcançaram R\$ 0,300 milhões, refletindo uma variação negativa de 2,3% em comparação ao 4T23.

Custos e Despesas

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(20.825)	(19.511)	6,7%	(72.086)	(63.673)	13,2%
Pessoal	(7.836)	(6.675)	17,4%	(22.134)	(24.986)	(11,4%)
Conservação	(2.404)	(2.304)	4,3%	(9.610)	(9.202)	4,4%
Serviços de terceiros	(5.048)	(4.811)	4,9%	(19.346)	(18.359)	5,4%
Seguros e garantias	(568)	(549)	3,5%	(2.250)	(2.070)	8,7%
Verba de fiscalização	(1.172)	(1.119)	4,7%	(4.665)	(4.456)	4,7%
Outros	(3.797)	(4.053)	(6,3%)	(14.081)	(4.600)	206,1%

Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa) **(64.799)** | **(50.784)** | **27,6%** | **(275.310)** | **(216.167)** | **27,4%** |

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 347,4 milhões no exercício de 2024, aumento de 24,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desconsiderando o custo dos serviços de construção, a provisão para manutenção e a depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$ 72,1 milhões, aumento de 13,2% em comparação ao período anterior.

Na comparação trimestral, os custos e despesas operacionais foram de R\$ 85,6 milhões no 4T24, aumento de 21,8% em relação ao 4T23. Desconsiderando o custo de construção, a provisão para manutenção e a depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$ 20,8 milhões, aumento de 6,7% em relação ao período anterior.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(85.524)	(22.360)	282,5%	(130.423)	(56.987)	128,9%
(+) Depreciação e Amortização	33.775	30.363	11,2%	130.454	118.210	10,4%
(+) Resultado Financeiro	22.065	17.501	26,1%	82.300	73.377	12,2%
(+) IR e CSLL	72.389	9.075	697,7%	72.389	(8.745)	(927,8%)
EBITDA¹	42.705	34.579	23,5%	154.720	125.855	22,9%
Margem EBITDA²	61,6%	57,9%	3,6 p.p.	58,5%	56,0%	2,6 p.p.
(+) Provisão para Manut.	5.842	5.611	4,1%	26.653	35.341	(24,6%)
Depreciação e Amortização	(5.842)	(5.611)	4,1%	(26.653)	(35.341)	(24,6%)
Custos e Despesas Operacionais	(85.624)	(70.295)	21,8%	(347.396)	(279.840)	24,1%

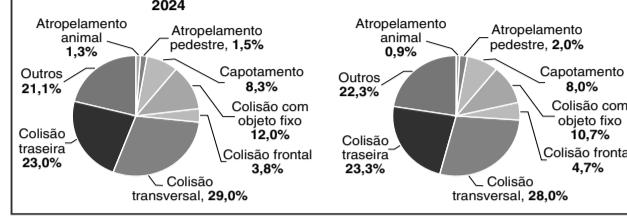
Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 347,4 milhões no exercício de 2024, aumento de 24,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desconsiderando o custo dos serviços de construção, a provisão para manutenção e a depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$ 72,1 milhões, aumento de 13,2% em comparação ao período anterior.

No 4T24, a provisão para manutenção e a depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$ 20,8 milhões, aumento de 6,7% em relação ao período anterior.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(85.524)	(22.360)	282,5%	(130.423)	(56.987)	128,9%
(+) Depreciação e Amortização	33.775	30.363	11,2%	130.454	118.210	10,4%
(+) Resultado Financeiro	22.065	17.501	26,1%	82.300	73.377	12,2%
(+) IR e CSLL	72.389	9.075	697,7%	72.389	(8.745)	(927,8%)
EBITDA¹	42.705	34.579	23,5%	154.720	125.855	22,9%
Margem EBITDA²	61,6%	57,9%	3,6 p.p.	58,5%	56,0%	2,6 p.p.
(+) Provisão para Manut.	5.842	5.611</				

... continuação do Relatório da Administração



C) Dados de Operação da Concessão

Veículos Alocados: Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de Veículos Alocados na Concessão

Tipo de veículo	Oficiais	Reservas	Total	Qtde/405,56 km
Viatura de Inspeção	5	2	7	1,70%
Guincho Leve	9	1	10	2,42%
Guincho Pesado	3	1	4	0,97%
Caminhão Pipa*	2	—	2	0,48%
Caminhão Munck	2	—	2	0,48%
AC – Ambulância Stand	9	2	11	2,67%
AD – Ambulância UTI	2	—	2	0,48%
Moto de inspeção	—	—	—	0,00%
Total de veículos operacionais	32	6	38	9,21%
Administração	1	—	1	0,24%
Tráfego	—	—	—	0,00%
Operação	7	—	7	1,70%
Arrecadação	—	—	—	0,00%
Segurança de trabalho	2	—	2	0,48%
Manutenção Tecnológica	6	—	6	1,45%
Obras e Conserva*	20	—	20	4,85%
Caminhonete ANTT	3	—	3	0,73%
Total de veículos de apoio	39	—	39	9,45%
Total de veículos	71	6	77	18,66%

Funcionários Alocados: São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários Empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipo de Pessoas	Quantidade	Qtde/10.000
Tráfego		
Operador de Guincho	35	0,01
Inspeção de Tráfego	24	0,01
Operador de Guincho Pesado	15	0,00
Operador de Balança	8	0,00
Operador de Pipa	7	0,00
Auxiliar de Balança	24	0,01
Supervisor de Operações	4	0,00
Operador de Guincho Munck	9	0,00
Coordenador de Operações	1	0,00
Operador Caminhão Boiadeiro	4	0,00
Assistente de Operações	1	0,00
Total Tráfego	132	0,04
Arrecadação		
Operador de Pedágio	94	0,03
Controlador de Pedágio I	20	0,01
Total Arrecadação	114	0,03
Demais áreas		
Analista Administrativo Jr	2	0,00
Analista de Manutenção Pl	1	0,00
Analista de Manutenção Sr	1	0,00
Analista de Mobilidade Sr	1	0,00
Analista de Planejamento Pl	1	0,00
Analista de Responsabilidade Social Pl	1	0,00
Analista de Sistemas Jr	1	0,00
Analista Predial Sr	1	0,00
Assistente Técnico I	3	0,00
Assistente Técnico II	2	0,00
Assistente Técnico III	2	0,00
Auxiliar de Topografia II	2	0,00
Coordenador de Pavimento	1	0,00
Engenheiro Civil II	3	0,00
Inspeção de Fiscalização II	1	0,00
Inspeção de Fiscalização III	6	0,00
Inspeção de Fiscalização IV	2	0,00
Técnico de Manutenção I	1	0,00
Técnico de Manutenção II	2	0,00
Técnico de Segurança do Trabalho Pl	1	0,00
Técnico de Segurança do Trabalho Sr	1	0,00
Técnico de Sistemas II	1	0,00
Topógrafo	1	0,00
Total Demais áreas	38	0,01
Total Geral	284	0,08

D) Dados de Operação da Concessão

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

Receita (em R\$ Mil)

Receita	Em 2024	Acumulada
	407.687	4.355.594

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Investimentos (em R\$ Mil)

Investimentos	Em 2024	Acumulada
	159.898	2.140.355

Custos Operacionais (em R\$ Mil)

Custos Operacionais	Em 2024	Acumulada
	333.573	161.630

ISS Repassados (em R\$ Mil)

ISS	Em 2024	Acumulada
	14.408	175.779

Tarifa: A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Praça de Pedágio

Praça de Pedágio	Cobrança	CAT 1	CAT 2	CAT 3	CAT 4	CAT 5	CAT 6	CAT 7	CAT 8	CAT 9
P1 – Fazenda Rio Grande-PR	Bidirecional	7,9	15,8	11,85	23,7	15,8	31,6	39,5	47,4	3,95
P2 – Rio Negro-PR	Bidirecional	7,9	15,8	11,85	23,7	15,8	31,6	39,5	47,4	3,95
P3 – Monte Castelo-SC	Bidirecional	7,9	15,8	11,85	23,7	15,8	31,6	39,5	47,4	3,95
P4 – Santa Cecília-SC	Bidirecional	7,9	15,8	11,85	23,7	15,8	31,6	39,5	47,4	3,95
P5 – Correia Pinto-SC	Bidirecional	7,9	15,8	11,85	23,7	15,8	31,6	39,5	47,4	3,95

Concessionária em Números

Dados anuais e por empresa

	KM
	412,7

Número de veículos que transitaram

	Nº	%
CAT-01	8.932.621	57,9%
CAT-02	1.104.322	7,2%
CAT-03	72.303	0,5%
CAT-04	1.180.992	7,7%
CAT-05	16.992	0,1%
CAT-06	936.654	6,1%
CAT-07	660.113	4,3%
CAT-08	2.197.830	14,3%
CAT-09	312.574	2,0%
TOTAL	15.414.401	100,0%

Número de praças de pedágios

P1	Nome das praças de Pedágio
P2	Rio Negro-PR

Número de praças de pedágios										Nome das praças de Pedágio				
P3										Monte Castelo-SC				
P4										Santa Cecília-SC				

Nº de admissões durante o período	76	58	
Nº de demissões durante o período	69	76	
Nº de colaboradores terceirizados	544	496	
Nº de estagiários (as)	—	—	
Nº de colaboradores com até 18 anos	11	9	
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	43	38	
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	185	191	
Nº de colaboradores acima de 45 anos	63	57	
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	133	126	

5 – Indicadores do corpo funcional

% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,0%	0,0%	
Remuneração paga a mulheres no período	3.366	2.933	
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	6	4	
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0%	0%	
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	10	7	
Total de horas extras trabalhadas (quantidade horas)	16.286	21.705	
Total de horas extras pagas (valor)	422	507	
Total de INSS pagos	3.005	2.912	
Total de FGTS pago	873	665	
Total de Contribuição Sindical paga	—	—	
Totais dos demais encargos sociais pagos	—	—	
Total de IRRF recolhido no período	359	401	
Total de ICMS recolhidos no período	—	—	
Total de IRPJ recolhido no período	(1)	—	
Total de CSLL recolhido do período	—	—	
Total de PIS recolhidos no período	2.004	1.491	
Total de COFINS recolhidos no período	9.250	6.881	
Total de outros tributos recolhidos no período	14.434	12.973	

6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	24	35	
Número total de acidentes de trabalho	—	—	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos os colaboradores + CIPA	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos os colaboradores + CIPA	
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores () não se aplica	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores () não se aplica	
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores () não se aplica	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores () não se aplica	
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos	
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva	
% de reclamações e críticas solucionadas:	25% no PROCON 2% na Justiça	20% no PROCON 10% na Justiça	
Valor adicionado total a distribuir	111.614	64.097	
Distribuição do Valor Adicionado	87,6%	20,0%	Governo
Distribuição do Valor Adicionado – Acionistas	-91,2%	-17,0%	Acionistas
Distribuição do Valor Adicionado – Colaboradores	29,6%	39,0%	Colaboradores
Distribuição do Valor Adicionado – Terceiros	74,0%	57,4%	Terceiros
Distribuição do Valor Adicionado – Retidos	0,0%	—	Retidos

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais – R\$)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	210.539	9.104	Financiamentos	12	—	53.338
Aplicações financeiras	5	29.662	6.017	Debêntures	13	104.456	53.903
Contas a receber	6	14.703	12.500	Fornecedores	14	13.677	11.330
Despesas antecipadas		1.507	1.312	Arrendamento mercantil a pagar	15	7.089	8.377
Impostos a recuperar		5.165	1.461	Obrigações sociais	15	3.052	3.265
Adiantamentos a fornecedor		91	90	Obrigações fiscais	16	3.213	2.522
Aplicações financeiras vinculadas	8	21.791	—	Contas a pagar – partes relacionadas	16	3.680	2.987
Outros créditos		59	1.483	Cauções contratuais	14	4.773	3.395
Total do ativo circulante		283.517	31.967	Taxa de fiscalização	18	396	378
Não Circulante				Provisão para manutenção em rodovias	18	26.664	45.389
Aplicações financeiras vinculadas	8	—	15.259	Outras contas a pagar	18	1.955	508
Despesas antecipadas		1.311	1.030	Total do passivo circulante		168.955	185.392
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	151.901	224.290	Não Circulante			
Depósitos judiciais		3.642	3.653	Financiamentos	12	—	49.354
Outras contas a receber	6	23	261	Debêntures	13	566.732	46.652
Total do ativo realizável a longo prazo		156.877	244.493	Arrendamento mercantil a pagar	15	1.186	2.899
direitos				Obrigações fiscais	16	12.820	13.229
Imposto de renda e contribuição social				Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	16	228.589	384.230
Outras contas a receber				Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	18	4.343	4.191
Total do ativo não circulante		1.222.893	1.310.779	Provisão para manutenção em rodovias	18	26.841	29.432
Total do Ativo		1.506.410	1.342.746	Total do Passivo Não Circulante		840.511	529.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. (Em milhares de reais – R\$, exceto o prejuízo do exercício por ação básica e diluído)

Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receita Operacional Líquida	20	382.535
Custo dos Serviços Prestados	21	(333.573)
Lucro Bruto (despesas) Receitas Operacionais	48.962	15.651
Gerais e administrativas	21	(24.460)
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas		(236)
		(24.696)
Lucro Operacional antes Do Resultado Financeiro	24.266	7.645
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	22	25.059
Despesas financeiras	22	(107.350)
Variação cambial, líquida		(9)
		(82.300)
Prejuízo Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(58.034)	(65.732)
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Diferidos	7	(72.389)
Prejuízo do Exercício	7	(130.423)
Prejuízo por Ação Básico e Diluído – R\$	24	(0,0758)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do Exercício	(130.423)	(56.987)
Resultado Abrangente do Exercício	(130.423)	(56.987)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Valores Adicionados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		
Receita de serviços prestados	20	288.149
Receita de serviços de construção	20	118.203
Outras receitas		1.099
Juros capitalizados	22	4.047
		3.305
411.498	312.777	

Insumos Adquiridos de Terceiros

Custo dos serviços prestados	(26.669)	(25.582)
Custo dos serviços de construção	(118.203)	(62.616)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(11.069)	(10.265)
Custo da concessão	(6.89	

assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos. e) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão. f) O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigatoriedade de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros da sociedade por ações da capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 29 de março de 2010. g) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las. A Sociedade estima, em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$807.256 (R\$900.398 em 31 de dezembro de 2023) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$236.684 (R\$275.089 em 31 de dezembro de 2023) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas conforme descrito no subitem 'Momento de reconhecimento do ativo intangível' da nota explicativa nº 3. **Termos de Ajuste de Conduta – TAC com ANTT:** No dia 28 de julho de 2023 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas – TAC Multas entre a Sociedade e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgada na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018. O valor de referência do TAC Multas é de R\$356.778, que corresponde ao somatório das multas previstas no âmbito dos processos administrativos, considerados os descontos concedidos. Dentre os investimentos a serem realizados, destacamos a realização de vias marginais, implantação de um trevo em desnível e implantação de passarelas que irão contribuir na melhora e fluidez do tráfego, além de trazer mais conforto e segurança para os usuários da rodovia. Além disso, estudos apontam para melhoria da fluidez do trânsito e consequente melhora no tráfego. Com base nessas estimativas a Sociedade realizou o estorno das provisões de contingências regulatórias que compõem o TAC. A medida que as obras forem executadas, será constituído ativo intangível ao qual será amortizado pelo prazo de concessão refletindo melhor a fruição dos benefícios gerados pelas do TAC. A extinção do TAC Multas não exime a Sociedade de executar as obrigações inadimplidas que tenham sido iniciadas até a respectiva data de assinatura. **Repactuação:** A Portaria nº 848 de 25 de agosto de 2023 do Ministério dos Transportes estabelece a política pública e os procedimentos relativos à readaptação e otimização dos contratos de concessão, no que se refere à exploração da infraestrutura de transporte rodoviário federal. A Sociedade informa que mantém conversas junto aos órgãos governamentais de modo a viabilizar a otimização do contrato de concessão da Sociedade. Em 29 de dezembro de 2023, a Sociedade protocolou pedido de otimização junto à ANTT, ao qual foi aceito e seguem os trâmites previstos. Em 31 de dezembro de 2024 não há nenhum andamento no processo que indique a necessidade de ajustes materiais nas demonstrações contábeis. A Sociedade manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas aos temas divulgados acima.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis – Base de preparação: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2025. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em Real – (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos contábeis apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais estão descritas a seguir. **i) Julgamentos: Contabilização do contrato de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – IPCP 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente naquele que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. **Momento de reconhecimento do ativo intangível:** A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 18. **Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão:** A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente de cada concessão. **ii) Estimativas: Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão:** A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. **Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios:** A Sociedade reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 18. **Imposto diferido:** O imposto sobre a renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7. **Redução ao valor recuperável (Impairment):** Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado. A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletem os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo meno custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que refletem as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. **4. Políticas Contábeis Materiais** – As políticas contábeis materiais descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A partir de 01 de janeiro de 2024 entram em vigor as seguintes alterações dos CPC's: • CPC 40 referentes a acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado"). A Administração avaliou e concluiu que não há impacto a ser refletido ou demonstrado nas demonstrações contábeis uma vez que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há saldos de acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado"). • CPC 26 que introduziu mudanças na forma de tratamento de passivos circulantes ou não circulantes e passivos não circulantes com *covenants*. Tais alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório. Quando um passivo inclui uma opção de conversão de contraparte pela qual o passivo pode ser liquidado por uma transferência das próprias ações de uma entidade. A Sociedade deve levar em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39. A Sociedade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo

de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário. **4.1 Contratos de concessão de serviços:**

A natureza do contrato de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa nº 2. **4.1.1 Receitas:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento da receita proveniente dos contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente. **4.1.2 Ativos intangíveis:** A Sociedade quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começo a partir do período em que a Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. **4.2 Moeda estrangeira:**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. **4.3 Instrumentos financeiros:**

4.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial: As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mas ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

4.3.2 Classificação e mensuração subsequente: **Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: (a) **Custo amortizado:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for desconsiderado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. (b) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado:** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado.

4.4 Arrendamento mercantil: No início de um contrato, a Sociedade avalia se o mesmo é ou contém um arrendamento. Portanto é, ou contém um arrendamento, quando transfeira o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária: Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da sua data de início, calculados a valor presente. A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo de direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade. A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É mensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante da alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **4.5 Imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciação acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 10, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.6 Outros ativos intangíveis: Reconhecimento e mensuração:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de amortização estão divulgadas na nota explicativa nº 11. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida:** No fim de cada exercício, a

Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de seus ativos individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflete, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC. Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, os índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (Earnings before taxes – EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles. Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não excede o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não excede o valor recuperável que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. **4.8 Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificado são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. **4.9 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável que excede R\$ 240 por ano para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os impostos corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Impostos correntes:**

... continuação das Notas Explanatórias às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do Intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total	
Custo do intangível							
Saldo em 31/12/2022	1.709.670	3.778	–	1.713.448	36.874	1.750.322	
Adições	45.486	933	3.266	49.685	17.767	67.452	
Transferências/reclassificações	42.475	–	(2.859)	39.616	(39.616)	–	
Saldo em 31/12/2023	1.797.631	4.711	407	1.802.749	15.025	1.817.774	
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2022	(653.572)	(1.739)	–	(655.311)	–	(655.311)	
Amortização	(106.562)	(892)	–	(107.454)	–	(107.454)	
Saldo em 31/12/2023	(760.134)	(2.631)	–	(762.765)	–	(762.765)	
Intangível líquido							
Saldo em 31/12/2022	1.056.098	2.039	–	1.058.137	36.874	1.095.011	
Saldo em 31/12/2023	1.037.497	2.080	407	1.039.984	15.025	1.055.009	
Taxas de amortização – a.a. (d)	6%	20%					

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação do sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final da concessão. (b) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principal natureza as obras de terceiras faixas e manutenção de pavimento. (c) Transferência de ativos desenvolvidos na holding para operação na Sociedade. (d) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade complementou o montante de R\$4.047 (R\$3.495 em 31 de dezembro de 2023) o valor justo das infraestruturas em construção tomando como base os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em relação ao valor principal das dívidas em 2024 foi de 0,62% a.a. e em 2023 1,33% a.a., do total de juros provisionados no exercício. **Teste de recuperabilidade de ativos (Impairment):** A Sociedade efetuou teste de impairment durante o ano de 2024 de acordo com os requisitos do CPC 01. Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado, classificadas como UGCs em operação em 31 de dezembro de 2024, e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para impairment dos ativos intangíveis. Os cálculos do valor em uso e suas premissas subjacentes foram realizados e aprovadas pela Administração, para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa da Sociedade são: curva de demanda de tráfego considerando o aumento da demanda gerada pelas melhorias executadas e também as melhorias futuras previstas no contrato de concessão conforme estimativa apresentada na nota explicativa nº 2, abordando aspectos relacionados aos benefícios que as melhorias tendem a trazer uma maior fluidez, segurança e redução dos acidentes elevando o nível de atratividade do usuário da rodovia, crescimento do PIB de acordo com as tendências macroeconômicas e sua elasticidade para cada UGC, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais, bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em Reais, considerando efeitos inflacionários: 4,02% em 2025, 3,84% em 2026 e 3,51% de 2024 até 2033. A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC) estimado de acordo com a metodologia CAPM (Capital Asset Pricing Model), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e do custo dos recursos externos. O correspondente Custo Médio Ponderado de Capital após impostos foi de 9,07% em 31 de dezembro de 2024 (8,75% em 31 de dezembro de 2023). A Administração vem acompanhando as projeções com o realizado de 31 de dezembro de 2024 e concluiu que não houve qualquer indicativo para constituição de provisão do impairment.

12. Financiamentos – A composição dos financiamentos, negociados em moeda funcional da Sociedade – Real (R\$), é como segue:

Modalidades	Taxas de juros menores efetivas	Vencimentos	Garantias	31/12/2024	31/12/2023
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP + 2,58% a.a.	dez-25	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	– 65.502	
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP + 2,62% a.a.	mar-27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	– 22.427	
Financiamento de investimentos (BNDES)	IPCA + 8,99% a.a.	jan-27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	– 15.163	
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP a.a.	jan-27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	– 161	
			Custo de transação	– (561)	
			Total	103.253	102.692
			Circulante	– 53.338	
			Não circulante	– 49.354	
			Total	102.692	

Os saldos e movimentações dos financiamentos estão representados por:

	31/12/2024		31/12/2023			
	Não	Não	Não	Não		
Moeda nacional	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Saldo inicial	53.540	49.713	103.253	56.185	100.257	156.442
Juros e variações monetárias provisoriamente	1.165	–	1.165	12.448	–	12.448
Amortização de principal	(101.900)	–	(101.900)	(54.566)	–	(54.566)
Pagamento de juros	(2.518)	–	(2.518)	(11.071)	–	(11.071)
Transferência	49.713	(49.713)	–	50.544	(50.544)	–
Custo de transação	–	–	–	(202)	(359)	(561)
Saldo final	–	–	–	53.338	49.354	102.692

O valor justo dos financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo do seu valor contábil considerando os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamentos específicas. Em 14 de fevereiro de 2024 a Sociedade quitou o financiamento com o BNDES. A Sociedade cumpriu às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas no contrato de financiamento.

13. Debêntures – A composição das debêntures, negociados em moeda funcional da Sociedade – Real (R\$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
2 ^a emissão – Série única	100.000	IPCA + 8,17% a.a.	dez-25	– 101.109	
12 ^a emissão – 1 ^a Série	300.000	IPCA + 6,78%	jan-33	318.344	–
12 ^a emissão – 2 ^a Série	350.000	CDI + 2,15%	set-28	363.013	–
				681.357	101.109
				(10.169)	(554)
				671.188	100.555
				Circulante 104.456	53.903
				Não circulante 566.732	46.652
				Total 671.188	100.555

Os saldos e movimentações estão representados por:

	31/12/2024		31/12/2023			
	Não	Não	Não	Não		
Moeda local	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Saldo inicial	54.180	46.929	101.109	39.805	96.294	136.099
Captações/Renovações	–	650.000	650.000	–	–	–
Juros e variações monetárias provisoriamente	58.756	13.102	71.858	11.347	6.287	17.634
Amortização de principal	(101.576)	–	(101.576)	(41.093)	–	(41.093)
Pagamento de juros	(40.034)	–	(40.034)	(11.531)	–	(11.531)
Transferência	135.179	(135.179)	–	55.652	(55.652)	–
Saldo final	–	–	–	3.680	2.987	–

Os saldos e movimentações estão representados por:

	31/12/2024		31/12/2023			
	Não	Não	Não	Não		
Moeda local	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Saldo inicial	53.540	49.713	103.253	56.185	100.257	156.442
Captações/Renovações	–	650.000	650.000	–	–	–
Juros e variações monetárias provisoriamente	1.165	–	1.165	12.448	–	12.448
Amortização de principal	(101.900)	–	(101.900)	(54.566)	–	(54.566)
Pagamento de juros	(2.518)	–	(2.518)	(11.071)	–	(11.071)
Transferência	49.713	(49.713)	–	50.544	(50.544)	–
Custo de transação	–	–	–	(202)	(359)	(561)

... continuação das *Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

17. Benefícios a Empregados – A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados – PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$890 e R\$794. Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa. O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade. A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. Provisões – a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios: A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é conforme segue:

	31/12/2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2024
Cíveis	218	3.033	(242)	(2.782)	11	238
Trabalhistas	422	1.586	(1.027)	(598)	2	385
Regulatórias	3.551	397	(176)	(97)	45	3.720
Total	4.191	5.016	(1.445)	(3.477)	58	4.343
	31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2023
Cíveis	219	1.411	–	(1.419)	7	218
Trabalhistas	572	980	–	(1.140)	10	422
Regulatórias	10.068	150	(7.052)	(1)	386	3.551
Total	10.859	2.541	(7.052)	(2.560)	403	4.191

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente, a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Conforme mencionado na nota nº 2, no dia 28 de julho de 2023 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas – TAC Multas entre a Sociedade e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018. Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Possíveis		
Cíveis	7.767	895
Trabalhistas	530	405
Regulatórias	54.679	52.191
Total	62.976	53.491

Os depósitos judiciais no montante de R\$3.642 (R\$3.653 em 31 de dezembro de 2023), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$16 (R\$321 em 31 de dezembro de 2023) hão provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável. Os demais, não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em parte por depósitos relacionados a autos de infrações impostos pela ANTT.

b) **Provisão para manutenção:** A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente da taxa de desconto de 7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (5,78% a.a. em 31 de dezembro de 2023), considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos. A movimentação do saldo das provisões para manutenção durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Manutenção em rodovia	45.389	29.432
	4.078	22.575
	(51.838)	(51.838)
	2.207	1.662
	26.828	(26.828)
Total	26.664	26.841
Não circulante		
Manutenção em rodovia	36.660	62.934
Saldo em 31/12/2023	26.274	36.660
Adições/Reversões	6.313	29.028
Utilizações	(27.144)	–
Ajuste a valor presente	1.638	2.052
Transferências	38.308	(38.308)
Saldo em 31/12/2023	45.389	29.432

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 referentes às manutenções realizadas foram de R\$51.833 (R\$27.909 em 31 de dezembro de 2023).

19. Patrimônio Líquido – Capital social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é de R\$1.128.034, composto por 1.721.076.003 ações ordinárias e seu valor nominal, e o capital integralizado é de R\$1.099.584 que representa 1.656.659.368 ações. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Reserva legal e retenção de lucros:** O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento do capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76. **Distribuição de dividendos:** O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade. **Juros sobre capital próprio:** Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

20. Receitas – A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos exercícios é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de serviços prestados	288.149	244.998
Receita de serviços de construção	118.203	62.616
Outras receitas	1.335	1.231
Receita bruta	407.687	308.845
ISSQN	(14.408)	(12.250)
PIS	(1.881)	(1.600)
COFINS	(8.680)	(7.383)
Outras deduções	(183)	(127)
Receita líquida	382.535	287.485
21. Custos e Despesas por Natureza – Estão representados por:		
31/12/2024	31/12/2023	
Custos:		
Com pessoal	(19.154)	(17.327)
Serviços de terceiros	(17.065)	(16.444)
Conservação	(9.610)	(9.202)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(949)	(1.321)
Consumo	(1.895)	(2.717)
Transportes	(3.142)	(2.600)
Verba de fiscalização	(4.665)	(4.456)
Seguros/Garantias	(2.230)	(2.062)
Provisão de manutenção em rodovias	(26.653)	(35.341)
Custos de serviços da construção	(118.203)	(62.616)
Depreciação/Amortização	(129.867)	(117.597)
Outros	(140)	(151)
Total	(333.573)	(271.834)
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(13.853)	(7.659)
Serviços de terceiros	(2.281)	(1.915)
31/12/2024	31/12/2023	

(a) Média ponderada efetiva % a.a. (b) Valores brutos dos custos de transação.

Manutenção de bens e conservação
Consumo
Transportes
Seguros/Garantias
Provisão/(reversão) para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios
Comunicação e marketing
Indenizações à terceiros
Publicações legais
Depreciação/Amortização
Outros
Total

31/12/2024

(1.917)	(1.056)
(803)	(522)
87	(106)
(20)	(8)
(3.571)	4.511
(275)	(222)
(52)	(52)
(245)	(213)
(587)	(613)
(943)	(588)
(24.460)	(8.443)

31/12/2023

(1.056)	(1.056)
(522)	(522)
78	(106)
(8)	(8)
4.511	4.511
(222)	(222)
(52)	(52)
(213)	(213)
(613)	(613)
(588)	(588)
(8.443)	(8.443)

22. Resultado Financeiro – Está representado por:

31/12/2024

24.980	6.468
73	78
6	4
25.059	6.550

31/12/2023

25.059	6.550
--------	-------

Despesas financeiras:
Aplicações financeiras
Créditos fiscais
Outras receitas
Total

31/12/2024

121.983	67.452
23	850
(1)	(395)
(4.046)	(3.100)
117.959	64.807

31/12/2023

117.959	64.807
---------	--------

Aquisição (adições)
Fornecedores
Obrigações fiscais
Contas a pagar – partes relacionadas
Cauções contratuais
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção

31/12/2024

(108.065)	(94.871)
-----------	----------

31/12/2023

(108.065)	(94.871)
-----------	----------

Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção

9.894 (30.064)

(a) Vede notas explicativas nº 11 e nº 22. (b) Vede nota explicativa nº 10.

24. Prejuízo por Ação – O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuindo aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizadas para o cálculo do prejuízo básico e diluído por ação.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor PresidenteAntônio César Ribas Sassi
Diretor SuperintendenteNilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com InvestidoresGiane Luza Zimmer de Freitas
Diretora de Assuntos RegulatóriosLuiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barreto Garcia
ConselheiroFlávia Lúcia Mattioli Tâmega
ConselheiraRoberto Paolini
ConselheiroContador
Anderson Rossi Mosna
CRC 1SP 257.150/O-7

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da

Autopista Planalto Sul S.A. – Rio Negro-PR

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopista Planalto Sul S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados a concessão: Veja as notas explicativas 3 (ii), 4.7 e 11 das demonstrações contábeis.

Principais assuntos de auditoria: Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade mantiém no ativo intangível em operação, nas suas demonstrações contábeis, ativos não financeiros relacionados a contratos de concessão. Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos, a Sociedade estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, da sua unidade geradora de caixa (UGC's) às quais esses ativos estão alocados. A determinação do valor em uso da UGC é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); e (iv) taxa de desconto. Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria dado que as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das unidades geradoras de caixa são subjetivas, e variações nessas premissas podem resultar em mudanças significativas nos saldos das demonstrações contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluiram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos relacionados para a determinação dos valores em uso de cada UGC, em que identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos; - Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas (corporate finance): (i) se os fluxos de caixa utilizados para determinação dos lucros tributáveis futuros preparados pela administração da Sociedade foram elaborados de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa; (ii) se as premissas utilizadas nos fluxos de caixa preparados pela administração da Sociedade são fundamentados em dados históricos e/ou de mercado; (iii) se os cálculos matemáticos estão adequados; e (iv) confirmação dos dados técnicos com a Administração; - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para

dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e as diferenças temporárias possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentados em um estudo técnico preparado pela administração da Sociedade e envolve certas premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); e (iii) taxa de inflação esperada (IPCA). Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluiram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados para a determinação dos valores em uso de cada UGC, em que identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos; - Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas (corporate finance): (i) se os fluxos de caixa utilizados para determinação dos lucros tributáveis futuros preparados pela administração da Sociedade foram elaborados de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa; (ii) se as premissas utilizadas nos fluxos de caixa preparados pela administração da Sociedade são fundamentados em dados históricos e/ou de mercado; (iii) se os cálculos matemáticos estão adequados; e (iv) confirmação dos dados técnicos com a Administração; - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão, ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequadas. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto-SP, 26 de fevereiro de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP 027.666/F

Gustavo de Souza Matthesen

Contador CRC 1SP 293.539/O-8



QUER
ANUNCIAR?
SEU NEGÓCIO NO
IMPRESSO E NO DIGITAL
(41) 3515-8731
publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

Esta página faz parte
da edição 100% digital
produzida pelo jornal

Tribuna do Paraná

Relatório da Administração - 2024

São José dos Pinhais, 27 de fevereiro de 2025 – A Autopista Litoral Sul (“Companhia” ou “Litoral Sul”) atendendo às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em milhares de reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas demonstrações contábeis, não foram revisados pelos auditores independentes. Em observância às disposições constantes na Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP, emitida nesta data, e com as respectivas Informações Anuais, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Destques Operacionais e Financeiros - 2024

Tráfego Pedagiado: A Companhia apresentou crescimento de 7,1% no tráfego no exercício de 2024, com 164,6 milhões de veículos equivalentes. O mix de veículos equivalentes foi de 66,6% do tráfego representado por veículos pesados e 33,4% por veículos de leves.

Receita de Pedágio: A receita de pedágio da Companhia totalizou R\$ 836,4 milhões no exercício de 2024, com crescimento de 13,7% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

EBITDA Ajustado e Margem: O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 611,9 milhões, acréscimo de 19,7%, com uma margem de 79,6%, evolução de 4,1 pontos percentuais.

Contorno de Florianópolis: No dia 09 de agosto de 2024, a Litoral Sul realizou a cerimônia de entrega e oficializou a finalização da obra do Contorno de Florianópolis, a principal obra viária do Brasil e da América Latina nos últimos anos. Com 50 km de pista dupla, 8 túneis, 6 trevos e 44 Obras de Arte Especiais, a obra promove o desenvolvimento econômico, social e sustentável, além do aumento da segurança da região metropolitana de Florianópolis (SC).

Desempenho Operacional

Tráfego Pedagiado

Veículos Equivalentes (Mil)	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Total	42.349	40.107	5,6%	164.572	153.686	7,1%
Leves	14.629	13.630	7,3%	54.994	52.573	4,6%
Pesados	27.720	26.477	4,7%	109.578	101.113	8,4%

A Litoral Sul registrou 164,6 milhões de veículos equivalentes no exercício 2024, aumento de 7,1% em comparação ao exercício de 2023. O mix de veículos foi de 66,6% para os pesados e 33,4% para os leves. No comparativo trimestral, a Companhia registrou um tráfego de 42,3 milhões de veículos equivalentes (+5,6%) no 4T24.

O tráfego de veículos leves foi impulsionado por feriados prolongados, férias escolares e a temporada de inverno. Nos pesados, a cobrança de eixos suspensos desde maio de 2024, o aumento das exportações de carne de frango e a maior demanda por celulose contribuíram para o crescimento. Por outro lado, o clima instável afetou o fluxo na região Sul, com chuvas intensas no litoral de Santa Catarina e no sul do Rio Grande do Sul.

Tarifa Média

Tarifa Média (R\$/Veic. Equiv.)	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Tarifa Média	5,20	4,90	6,1%	5,08	4,79	6,2%

A tarifa média no exercício de 2024 foi de R\$ 5,08, um aumento de 6,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Na tarifa média alcançou R\$ 5,20, representando um crescimento de 6,1% em relação ao 4T23. A variação reflete os reajustes tarifários aplicados no período, conforme previsto nos contratos de concessão.

O reajuste tarifário anual da Companhia tem como data-base o mês de fevereiro, considerando a aplicação do IPCA acumulado no período, conforme estipulado no contrato de concessão.

Desempenho Econômico-financeiro

Receita Operacional

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Receita Bruta	310.289	568.026	(45,4%)	1.632.946	2.031.753	(19,6%)
Receitas de pedágio	220.277	196.572	12,1%	836.443	735.401	13,7%
Receitas de construção	88.397	369.972	(76,1%)	790.468	1.290.487	(38,7%)
Outras Receitas	1.615	1.482	9,0%	6.035	5.865	2,9%
Deduções	(19.535)	(17.190)	13,6%	(73.385)	(64.427)	13,9%
Receita Operacional Líquida	290.754	550.836	(47,2%)	1.559.561	1.967.326	(20,7%)
Receita Operacional Líquida Ajustada ¹	202.357	180.864	11,9%	769.093	676.839	13,6%

¹ Excluindo a Receita de Construção

Receita de Pedágio: A receita bruta de pedágio no exercício de 2024 totalizou R\$ 836,4 milhões, representando um crescimento de 13,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T24, a receita foi de R\$ 220,3 milhões, um aumento de 12,1% na comparação com o 4T23. O desempenho reflete, principalmente, o impacto dos reajustes tarifários previstos em contrato e a variação do tráfego nas rodovias administradas pela Companhia.

Receitas de Construção: As receitas de construção da Companhia totalizaram R\$ 790,5 milhões no exercício de 2024, uma redução de 38,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T24, a receita foi de R\$ 88,4 milhões, queda de 76,1% na comparação com o 4T23. Essa linha representa apenas um ajuste contábil, sem impacto no caixa da Companhia.

Outras Receitas: As receitas acessórias registraram R\$ 6,0 milhões no exercício de 2024, com um aumento de 2,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T24, as receitas alcançaram R\$ 1,6 milhões, refletindo uma variação positiva de 9,0% em comparação ao 4T23.

Custos e Despesas

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(45.418)	(40.609)	11,8%	(157.178)	(165.748)	(5,2%)
Pessoal	(18.483)	(15.202)	21,6%	(57.340)	(56.646)	1,2%
Conservação	(4.849)	(4.899)	(1,0%)	(18.803)	(19.052)	(1,3%)
Serviços de terceiros	(9.236)	(8.367)	10,4%	(33.765)	(31.132)	8,5%
Seguros e garantias	(1.458)	(1.054)	38,3%	(4.953)	(3.982)	24,4%
Verba de fiscalização	(4.092)	(3.916)	4,5%	(16.253)	(15.538)	4,6%
Outros	(7.300)	(7.171)	1,8%	(26.064)	(39.398)	(33,8%)
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(934.857)	(1.158.863)	(19,3%)	(1.882.042)	(2.274.921)	(17,3%)
Prov. para redução ao valor recuperável	(635.380)	(722.423)	(12,0%)	(635.380)	(722.423)	(12,0%)
Custo dos serviços de construção	(88.397)	(369.972)	(76,1%)	(790.468)	(1.290.487)	(38,7%)
Prov. p/ manutenção em rodovias	(14.005)	(17.053)	(17,9%)	(53.205)	(71.308)	(25,4%)
Depreciação e amortização	(197.075)	(49.415)	298,8%	(402.989)	(190.703)	111,3%
Custos e Despesas Operacionais	(980.275)	(1.199.472)	(18,3%)	(2.039.220)	(2.440.669)	(16,4%)

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 2.039,2 milhões no exercício de 2024, redução de 16,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desconsiderando a provisão para redução ao valor recuperável, o custo dos serviços de construção, a provisão para manutenção e a depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$ 157,2 milhões, redução de 5,2% em comparação ao período anterior. Na comparação trimestral, os custos e despesas operacionais foram de R\$ 980,3 milhões no 4T24, redução de 18,3% em relação ao 4T23. Desconsiderando a provisão para redução ao valor recuperável, o custo de construção, a provisão para manutenção e a depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$ 45,4 milhões, aumento de 11,8% em relação ao período anterior.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(752.076)	(475.926)	58,0%	(655.977)	(422.627)	55,2%
(+) Depreciação e amortização	197.075	49.415	298,8%	402.989	190.703	111,3%
(+) Resultado Financeiro	106.500	11.847	799,0%	208.652	110.427	89,0%
(-) IR e CSLL	(43.945)	(184.556)	(76,2%)	(32.334)	(161.143)	(79,9%)
EBITDA¹	(492.446)	(599.220)	(17,8%)	(76.670)	(282.640)	(72,9%)
Margem EBITDA ²	(243,4%)	(331,3%)	88,0 p.p.	(41,8%)	31,8 p.p.	
(+) Prov. para manutenção de rodovias	14.005	17.053	(17,9%)	53.205	71.308	(25,4%)
(+) Prov. para redução ao valor recuperável	635.380	722.423	(12,0%)	635.380	722.423	(12,0%)
EBITDA Ajustado³	156.939	140.256	11,9%	611.915	511.091	19,7%
Margem EBITDA Ajustada ²	77,6%	77,5%	0,0 p.p.	79,6%	75,5%	4,1 p.p.

¹ EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

² A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

³ Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil IPC01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

O EBITDA da Companhia no exercício de 2024 apresentou um valor negativo de R\$ 76,7 milhões, com variação negativa de 72,9%. No 4T24, o EBITDA foi negativo em R\$ 492,4 milhões, apresentando uma variação negativa de 17,8% em relação ao 4T23. O EBITDA Ajustado, por sua vez, totalizou R\$ 611,9 milhões no exercício de 2024, com crescimento de 19,7% e margem ajustada de 79,6%. No 4T24, o EBITDA Ajustado alcançou R\$ 156,9 milhões, registrando uma variação positiva de 11,9%.

O crescimento do EBITDA Ajustado reflete a combinação de maior eficiência operacional, incremento de receitas e controle de custos ao longo do período.

Depreciação e Amortização

R\$ mil	4T24	4T23</
---------	------	--------

Informações Adicionais Obrigatórias

Receita e Mercado: As tarifas de pedágio cobradas pela Autopista Litoral Sul são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. A partir da zero hora do dia 27 de maio de 2024, a tarifa de veículos de passeio passou de R\$4,90 para R\$5,20 e para as demais categorias, conforme demonstrado na tabela da seção Indicadores Operacionais – subitem (d) Aspectos Financeiros. Em 2024, o tráfego pedagiado totalizou 164,6 milhões de veículos equivalentes, este volume de veículos equivalentes foi 7,1% superior aos 153,7 milhões registrados em 2023. A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R\$ 1.632,9 milhões com as atividades de transporte rodoviário, representando uma diminuição 19,6% sobre 2023, quando totalizou R\$ 2.031,8 milhões.

Investimentos: Durante o ano de 2024, foram investidos R\$ 916,3 milhões. Estes valores, quando adicionados aos R\$ 1.206,8 milhões realizados em 2023, perfazem o montante de R\$ 7.795,7 milhões realizados nos 17 primeiros anos de implementação do plano de investimentos da companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema da rodovia.

Investimentos (em R\$ mil)

2024 2023 %

Ampliação da Rodovia (823.668) (1.078.881) (24%)

Recuperação do Pavimento Asfáltico (92.650) (127.882) (28%)

Total (916.318) (1.206.763) (1)

Captações de Recursos: Para viabilizar os investimentos e aquisições de ativos operacionais, a Concessionária captou um total de R\$ 6.697,5 milhões em recursos de empréstimos e financiamentos de diversas fontes, destacando-se as linhas de debêntures públicas, com o valor de R\$ 2.341,8 milhões.

Valor Adicionado: Em 2024, o valor adicionado líquido negativo gerado como riqueza pela Concessionária foi de R\$ 117,3 milhões, representando 7,2 % da Receita Operacional Bruta, representando um decréscimo com relação ao ano de 2023, em que o valor adicionado foi de R\$ 6,2 milhões representando 0,3% da Receita Operacional Bruta daquele exercício.

Política de Distribuição de Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente. Nos anos em que há lucro apurado, os dividendos são deliberados em Assembleia Geral Ordinária realizada após a divulgação do resultado do exercício.

Planejamento Empresarial: O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

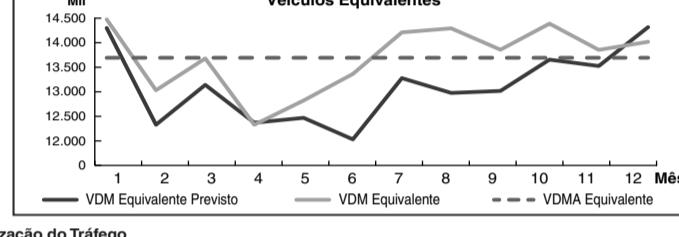
Gestão pela Qualidade Total: Em 2024, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, qualidade de gestão e o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios.

Recursos Humanos: Em 2024, a Concessionária investiu R\$ 23 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais.

Indicadores Operacionais

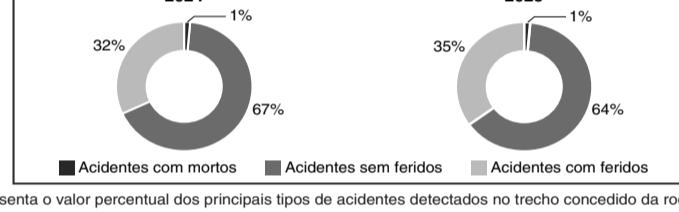
A) Caracterização do Tráfego

Volume: Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto.

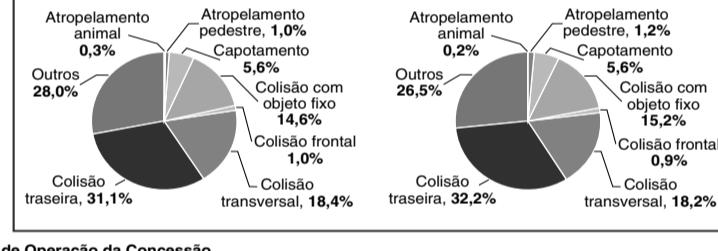


B) Caracterização do Tráfego

Acidentes: Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



C) Dados de Operação da Concessão

Veículos Alocados: Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de Veículos Alocados na Concessão

Tipo de veículo	Oficiais	Reservas	Total	Qtde/405,56 km
Viatura de Inspeção	13	3	16	3,95%
Guincho Leve	14	3	17	4,19%
Guincho Pesado	6	2	8	1,97%
Caminhão Pipa*	3	–	3	0,74%
Caminhão Munck	1	–	1	0,25%
AC – Ambulância Stand	10	5	15	3,70%
AD – Ambulância UTI	4	–	4	0,99%
Moto de inspeção	2	–	2	0,49%
Total de veículos operacionais	53	13	66	16,27%
Administração	18	–	18	4,44%
Tráfego	–	–	–	0,00%
Operação	9	–	9	2,22%
Arrecadação	–	–	–	0,00%
Segurança de trabalho	5	–	5	1,23%
Manutenção Técnologica	11	–	11	2,71%
Obras e Conserva*	42	–	42	10,36%
Caminhonete ANTT	4	–	4	0,99%
Total de veículos de apoio	89	–	89	21,94%
Total de veículos	142	13	155	38,22%

Funcionários Alocados: São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipos de Pessoas

TRÁFEGO	Quantidade	Qtde/10.000
AUXILIAR DE TRAFEGO	8	0,00
ESPECIALISTA EM TÚNEIS	1	0,00
GERENTE DE OPERAÇOES	1	0,00
INSPETOR DE TRAFEGO	47	0,00
INSPETOR DE TRAFEGO MOTOCICLISTA	4	0,00
OPERADOR DE BALANCA	31	0,00
OPERADOR DE GUINCHO	59	0,00
OPERADOR DE GUINCHO PESADO	30	0,00
OPERADOR DE PIPA	7	0,00
SUPERVISOR DE OPERAÇOES	5	0,00
TOTAL TRÁFEGO	193	0,01
ARRECADAÇÃO		
CONTROLADOR DE PEDAGIO I	20	0,00
OPERADOR DE PEDAGIO	218	0,01
TOTAL ARRECADAÇÃO	238	0,01
OPERAÇÃO		
ANALISTA DE CCA JR	1	0,00
ANALISTA DE CCO JR	2	0,00
ANALISTA DE CCO SR	1	0,00
ASSISTENTE DE CCA	1	0,00
ASSISTENTE DE OPERAÇOES	2	0,00
CONTROLADOR DE CCA I	2	0,00
COORDENADOR DE OPERACAO	1	0,00
LÍDER DE CCO	4	0,00
OPERADOR DE CCO	36	0,00
TOTAL OPERAÇÃO	52	0,00
DEMAIS ÁREAS		
ADVOGADO SR	1	0,00
ANALISTA ADMINISTRATIVO JR	2	0,00

Tipo de pessoas

	Quantidade	Qtde/10.000
ANALISTA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS JR	1	0,00
ANALISTA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS PL	1	0,00
ANALISTA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS SR	1	0,00
ANALISTA DE CCSO JR	4	0,00
ANALISTA DE COMUNICACAO SR	2	0,00
ANALISTA DE CONTRATOS E MEDICAO JR	1	0,00
ANALISTA DE CONTRATOS E MEDICAO PL	1	0,00
ANALISTA DE CONTROLADORIA PL	2	0,00
ANALISTA DE CONTROLADORIA SR	4	0,00
ANALISTA DE ENGENHARIA PL	3	0,00
ANALISTA DE ENGENHARIA SR	6	0,00
ANALISTA DE FACILITIES PL	1	0,00
ANALISTA DE FAIXA DE DOMÍNIO JR	2	0,00
ANALISTA DE FAIXA DE DOMÍNIO PL	2	0,00
ANALISTA DE FAIXA DE DOMÍNIO SR	2	0,00
ANALISTA DE GESTÃO DE OBRAS JR	1	0,00
ANALISTA DE MANUTENCAO JR	1	0,00
ANALISTA DE MANUTENCAO PL	5	0,00
ANALISTA DE MANUTENCAO SR	1	0,00
ANALISTA DE MEIO AMBIENTE JR	1	0,00
ANALISTA DE MEIO AMBIENTE PL	1	0,00
ANALISTA DE MEIO AMBIENTE SR	2	0,00
ANALISTA DE MOBILIDADE SR	1	0,00
ANALISTA DE MONITORAÇÃO JR	2	0,00
ANALISTA DE MONITORAÇÃO PL	1	0,00
ANALISTA DE MONITORAÇÃO SR	1	0,00
ANALISTA DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO SR	2	0,00
ANALISTA DE PLANEJAMENTO FÍSICO PL	1	0,00
ANALISTA DE PLANEJAMENTO FÍSICO SR	1	0,00
ANALISTA DE PLANEJAMENTO SR	3	0,00
ANALISTA DE QUALIDADE SR	1	0,00
ANALISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL PL	1	0,00
ANALISTA DE RH PL	2	0,00
ANALISTA DE SISTEMAS PL	1	0,00
ANALISTA DE SUPORTE OPERACIONAL JR	2	0,00
ANALISTA DE SUSTENTABILIDADE SR	1	0,00
ANALISTA OPERACIONAL PL	1	0,00
ANALISTA OPERACIONAL SR	1	0,00
ANALISTA PREDIAL SR	1	0,00
ASSESSOR JURIDICO	1	0,00
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	3	0,00
ASSISTENTE DE CONTRATOS E MEDICAO	1	0,00
ASSISTENTE DE ENGENHARIA II	1	0,00
ASSISTENTE DE FAIXA DE DOMÍNIO II	1	0,00
ASSISTENTE DE FAIXA DE DOMÍNIO III	1	0,00
ASSISTENTE DE MEIO AMBIENTE	1	0,00
ASSISTENTE DE MONITORAÇÃO II	1	0,00
ASSISTENTE TECNICO II	5	0,00
ASSISTENTE TECNICO III	4	0,00
ASSISTENTE TECNICO IV	6	0,00
AUXILIAR DE LABORATORIO	1	0,00
AUXILIAR DE LABORATORIO II	3	0,00
AUXILIAR DE TOPOGRAFIA II	2	0,00
AUXILIAR TECNICO II	1	0,00
COORDENADOR DE ENGENHARIA	1	0,00
COORDENADOR DE FAIXA DE DOMÍNIO	1	0,00
COORDENADOR DE IMPLANTAÇÃO E CONSERVA	2	0,00
COORDENADOR DE LABORATORIO	1	0,00
COORDENADOR DE MANUTENCAO	1	0,00
COORDENADOR DE MEIO AMBIENTE	1	0,00
COORDENADOR DE PAVIMENTO	1	0,00
COORDENADOR DE PLANEJAMENTO	1	0,00
COORDENADOR DE PLANEJAMENTO DE OBRAS	1	0,00
COORDENADOR DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO	1	0,00
COORDENADOR DE PLANEJ		

... continuação do Relatório da Administração

Número de veículos que transitaram		Nº	%	Folha de pagamento bruta – total remunerações	26.352	26.832																
CAT-07		2.780.101	3,5%	Folha de pagamento bruta – total pago a empresas prestadoras de serviços	N/A	N/A																
CAT-08		8.732.977	10,9%																			
CAT-09		1.902.556	2,4%																			
TOTAL		79.904.418	100,0%																			
Número de praças de pedágios		Nome das praças de Pedágio		2 – Indicadores sociais internos																		
P1		São José dos Pinhais-PR		Alimentação	5.058	19,2%																
P2		Garuva-SC		Encargos Sociais	9.943	37,7%																
P3		Arauari-SC		Previdência privada	293	1,1%																
P4		Porto Belo-SC		Saúde	4.445	16,9%																
P5		Palhoça-SC		Segurança e Saúde no trabalho	542	2,1%																
Praça de Pedágio		Cobrança	CAT 1	CAT 2	CAT 3	CAT 4	CAT 5	CAT 6	CAT 7	CAT 8	CAT 9	educação	Cultura	Capacitação e desenvolvimento profissional	Creches ou auxílio creche	Participação nos lucros ou resultados	Outros	Total – Indicadores sociais internos	3 – Indicadores sociais externos	4 – Indicadores ambientais		
São José dos Pinhais-PR		Bidirecional	5,20	10,40	7,80	15,60	10,40	20,80	26,00	31,20	2,60											
Garuva-SC		Bidirecional	5,20	10,40	7,80	15,60	10,40	20,80	26,00	31,20	2,60											
Arauari-SC		Bidirecional	5,20	10,40	7,80	15,60	10,40	20,80	26,00	31,20	2,60											
Porto Belo-SC		Bidirecional	5,20	10,40	7,80	15,60	10,40	20,80	26,00	31,20	2,60											
Palhoça-SC		Bidirecional	5,20	10,40	7,80	15,60	10,40	20,80	26,00	31,20	2,60											
Rodovia		Marcos km	Extensão linear		Km de pista proporcional		Total – Indicadores sociais internos		3 – Indicadores sociais externos		4 – Indicadores ambientais											
BR 101/SC		0 – 244,68	244,68		489,4		Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:		Educando		Investimentos em programas e/ou projetos externos:		Concessão		Investimentos em meio ambiente		Total de contribuições à sociedade		Total – Indicadores sociais externos			
BR 116/PR		71,1 – 115,2	44,10		88,2		5.447		Cultura		5.742		5,477		16,7%		0,2%		5,388		19,9%	
BR 376/PR		614,0 – 682,18	68,18		136,4		Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessária:		Saúde e saneamento		Cultura		Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessária:		Esporte		Outros		Total de contribuições à sociedade		Total – Indicadores sociais externos	
Rodovia FLN-101/SC		0 – 48,6	48,60		97,2		Concessão		Segurança e Saúde no trabalho		5,477		16,7%		0,2%		5,388		19,9%			
Total			405,6		811,1		Participação		Cultura		5,477		16,7%		0,2%		5,388		19,9%			
Rodovia		Nível A	Nível B	Nível C	Nível D	Nível E	Nível F	Média diária	%	3 – Indicadores do corpo funcional		4 – Indicadores ambientais		5 – Indicadores do corpo funcional		6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		7 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial				
BR 116/PR		0,0%	1,2%	5,9%	12,3%	17,3%	11,7%	468,175	9%	Nº de colaboradores ao final do período		727		775		Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessária:		Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessária:		Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessária:		
BR 376/PR		0,6%	8,2%	2,9%	1,8%	1,8%	3,2%	449,582	8%	Tempo de serviço até seis meses		14,6%		13,1%		Número total de acidentes de trabalho		Número total de acidentes de trabalho		Número total de acidentes de trabalho		
BR 101/SC		0,0%	0,3%	3,2%	12,0%	10,9%	6,7%	410,675	8%	Tempo de serviço de seis meses a um ano		13,3%		9,0%		Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		
Mês								413,729	8%	Tempo de serviço entre um e dois anos		10,4%		18,4%		Os padões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:		Os padões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:		Os padões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:		
Jan								445,919	8%	Tempo de serviço entre dois e cinco anos		28,8%		35,2%		Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessária:		Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessária:		Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessária:		
Fev								459,436	9%	Tempo de serviço mais de cinco anos		24,7%		22,1%		A direção e gerenciais		() não possui metas		() não possui metas		
Mar								462,116	9%	Nº de admissões durante o período		313		232		() Cumpre de 0 a 50%		() Cumpre de 0 a 50%		() Cumpre de 50 a 75%		
Abr								462,711	9%	Nº de demissões durante o período		361		260		() Cumpre de 50 a 75%		() Cumpre de 75 a 100%		() Cumpre de 75 a 100%		
Mai								465,306	9%	Nº de colaboradores terceirizados		841		1.203		() Cumpre de 75 a 100%		() Cumpre de 75 a 100%		() Cumpre de 75 a 100%		
Jun								462,642	9%	Nº de estagiários (as)		3		3		() Cumpre de 75 a 100%		() Cumpre de 75 a 100%		() Cumpre de 75 a 100%		
Jul								453,087	8%	Nº de colaboradores com até 18 anos		21		12		() Cumpre de 75 a 100%		() Cumpre de 75 a 100%		() Cumpre de 75 a 100%		
Ago								453,795	8%	Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos		112		132		() Cumpre de 75 a 100%		() Cumpre de 75 a 100%		() Cumpre de 75 a 100%		
Set								454,791	8%	Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos		466		509								

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.748.496	(127.071)	1.621.425
Prejuízo do exercício	—	(422.627)	(422.627)
Aumento de capital	1.620.724	(225.052)	1.395.672
Destinações do resultado líquido:			
Juros sobre o capital próprio			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.369.220	(225.052)	3.144.168
Prejuízo do exercício	—	—	—
Aumento de capital	524.000	27.000	551.000
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.893.220	(198.052)	3.695.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023		Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais							
Prejuízo do exercício		(655.977)	(422.627)				
Ajustes para conciliar o prejuízo com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:							
Depreciações e amortizações		402.989	190.703				
Provisão para perdas esperadas	6 e 22	922	267				
Redução ao valor recuperável	12	635.380	722.423				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	(32.334)	(201.969)				
Receita com aplicações financeiras vinculadas		(4.222)	(4.070)				
Juros e variações monetárias sobre débentures privadas	16	59.436	75.178				
Juros e variações monetárias de debêntures		130.657	35.134				
Despesa (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	23	12.400	11.283				
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	19	4.439	15.591				
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	19	1.299	2.577				
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	19	53.205	71.308				
Redução (aumento) dos ativos operacionais:							
Contas a receber		(5.145)	(14.530)				
Contas a receber – partes relacionadas		(54)	(2)				
Despesas antecipadas		(1.217)	2.973				
Impostos a recuperar		(30.076)	5.326				
Outros créditos		106	(149)				
Depósitos judiciais		(203)	3.498				
Outras contas a receber		3.748	6.381				
Aumento (redução) dos passivos operacionais:							
Fornecedores		(9.225)	35.076				
Fornecedores – partes relacionadas		(268)	1.021				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Valores Adicionados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receitas			
Receita de serviços prestados	21	836.443	735.401
Receita de serviços de construção	21	790.468	1.290.487
Outras receitas		10.185	7.975
Juros capitalizados	23	180.715	333.810
		1.817.811	2.367.673
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Custo dos serviços prestados		(49.597)	(45.771)
Custo dos serviços de construção		(790.468)	(1.290.487)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(658.555)	(747.704)
Custo da concessão		(21.295)	(20.128)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	22	(53.205)	(71.308)
Outros		(10.355)	(20.228)
		1.583.475	2.195.626
Valor Adicionado Bruto		234.336	172.047
Depreciações e Amortizações		(402.989)	(190.703)
Valor Adicionado Líquido Produzido (retido)		(168.653)	(18.656)
Valor Adicionado Recebido em Transferência			
Receitas financeiras	23	7.124	24.884
Outros		2	(17)
		7.126	24.867
		(161.527)	6.211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional – A Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade" ou "Litoral Sul") é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria "B" na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), domiciliada no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Brasil, situada na Rua Francisco Muñoz Madrid, 625, complemento Bloco 4 Módulos 402.2 e 403, bairro Roseira De São Sebastião. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e holding é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia. Em 09 de agosto de 2024, a Sociedade inaugurou o Contorno Viário de Florianópolis, que compreende um corredor expresso de 50 km de pistas duplas, 6 acessos por trevos, 4 túneis duplos, 7 pontes e mais 20 passagens em desnível. A Arteris S.A. ("Controladora") é constituída por um mix de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a (i) holding não financeira espanhola Participes en Brasil I, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC e (iii) a holding brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios – ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. Concessão – A Sociedade está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR - 101/km 220-SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 30 km de terceiras faixas. • 79,7 km de vias laterais. • 94,7 km de variantes e contornos. • Construção de 39 passarelas. • Construção de 5 praças de pedágio. • Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's. • Implantação e/ou reforma de postos de pesagem. • Recuperação de toda a extensão da rodovia. Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de fevereiro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além da inclusão e exclusão de pleitos apresentados nas revisões ordinárias e divulgados em nota técnica pelo poder concedente, aplicando o reajuste a partir da Publicação em Diário Oficial da União. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à concessionária ou por elas implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa a considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável. Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são: (a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia – PER. (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo da sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão. (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão. (e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos. (f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão. (g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade, por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 29 de março de 2010. (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las. A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$412.816 (R\$1.231.513 em 31 de dezembro de 2023) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$685.706 (R\$716.437 em 31 de dezembro de 2023) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados. As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas conforme descrito no subitem "Momento de reconhecimento do ativo intangível" da nota explicativa nº 3. Em 22 de setembro de 2014 a Sociedade celebrou o Termo de Ajuste de Conduta ("TAC") com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 29 de março de 2010. (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las. A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2023 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$685.706 (R\$716.437 em 31 de dezembro de 2023) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados. As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas conforme descrito no subitem "Momento de reconhecimento do ativo intangível" da nota explicativa nº 3. Em 22 de setembro de 2014 a Sociedade celebrou o Termo de Ajuste de Conduta ("TAC") com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 29 de março de 2010. (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las. A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2023 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$685.706 (R\$716.437 em 31 de dezembro de 2023) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados. As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas conforme descrito no subitem "Momento de reconhecimento do ativo intangível" da nota explicativa nº 3. Em 22 de setembro de 2014 a Sociedade celebrou o Termo de Ajuste de Conduta ("TAC") com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 29 de março de 2010. (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las. A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2023 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$685.706 (R\$716.437 em 31 de dezembro de 2023) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados. As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas conforme descrito no subitem "Momento de reconhecimento do ativo intangível" da nota explicativa nº 3. Em 22 de setembro de 2014 a Sociedade celebrou o Termo de Ajuste de Conduta ("TAC") com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 29 de março de 2010. (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las. A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2023 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$685.706 (R\$716.437 em 31 de dezembro de 2023) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados. As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas conforme descrito no subitem "Momento de reconhecimento do ativo intangível" da nota explicativa nº 3. Em 22 de setembro de 2014 a Sociedade celebrou o Termo de Ajuste de Conduta ("TAC") com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 29 de março de 2010. (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las. A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2023 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$685.706 (R\$716.437 em 31 de dezembro de 2023) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obr

for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. (b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado: Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.4 Arrendamento mercantil:

No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Passivos financeiros – classificação como circulante e não circulante: A Sociedade avalia quais passivos podem ser classificados como não circulantes se a houver um direito substantivo de adiar sua liquidação por pelo menos 12 meses após a data do balanço. Esse direito deve ser válido e claramente definido nos termos contratuais ou legais existentes ao final de cada exercício. Se o passivo financeiro estiver sujeito a cláusulas restritivas, a sociedade avalia se está em conformidade com essas cláusulas restritivas ao final de cada exercício. Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária: Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo de direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade. A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo: A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

4.5 Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 11, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. 4.6 Outros ativos intangíveis: Reconhecimento e mensuração: Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente, direito de outorga e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Amortização: A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de amortização estão divulgadas na nota explicativa nº 12. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. 4.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida: No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflete, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC. Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* – EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da divida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles. Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não excede o valor recuperável que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

4.8 Custos de empréstimos:

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estes estiverem prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. 4.9 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável que excede R\$240 por ano para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O

imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Impostos correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

• Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estariam disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas a quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4.10 Provisões:

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

4.11 Ajuste a valor presente

Provisão para investimentos: Representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Provisão para manutenção: Representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (5,78% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco. Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios: A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

4.12 Receitas e despesas financeiras: Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA):

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis.

4.14 Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.15 Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas: As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a investimentos ou outros fins, sendo estes títulos lastreados em NTN-Over e LFT-Over, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa. As aplicações financeiras vinculadas possuem tal característica devido ao cumprimento de obrigações contratuais exigíveis contemplando as modalidades das debêntures. No que se trata de mensuração, ambas são registradas pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.16 Debêntures: As debêntures são mensuradas ao valor justo através do resultado, representando de forma fidedigna os montantes que seriam pagos em caso de aquisição na data do exercício fino.

4.17 Capital Social:

capital social é representado por ações ordinárias, as quais, são classificadas em rubricas do patrimônio líquido segundo as diretrizes exigidas pelos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC.

4.18 Partes relacionadas, dividendos e juros sobre o capital próprio:

As transações com partes relacionadas abrangem movimentações referentes a juros sobre mútuo entre as partes, despesas administrativas e financeiras com encargos sobre debêntures privadas quando do capital de giro utilizado para fins de execução do plano de investimentos da Sociedade. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade. Os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que, têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis, conforme divulgado na nota explicativa nº 20.

4.19 Contas a receber:

As contas a receber de clientes são reconhecidas na mensuração inicial a valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, menos a estimativa de provisão para perdas esperadas. O ajuste a valor presente para efeito de determinação do montante de juros a apropriar com base no método da taxa de juros efetivos, não foi aplicado pela não relevância do impacto nas demonstrações contábeis.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do balanço patrimonial.

Uma provisão para perdas esperadas é registrada quando há evidência objetiva de que a Sociedade não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Registro-se a provisão para perdas esperadas no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis.

A estimativa para perdas esperadas é registrada quando há evidência objetiva de que a Sociedade não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Registro-se a provisão para perdas esperadas no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis.

A estimativa para perdas esperadas é registrada quando há evidência objetiva de que a Sociedade não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Registro-se a provisão para perdas esperadas no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis.

A estimativa para perdas esperadas é registrada quando há evidência objetiva de que a Sociedade não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Registro-se a provisão para perdas esperadas no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis.

A estimativa para perdas esperadas é registrada quando há evidência objetiva de que a Sociedade não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos origina

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	Movimentos de resultados representados por:	31/12/2024	31/12/2023
Arrendamentos	1.649 2.067	Prejuízo fiscal e base negativa	127.199	(51.564)
Valor Recuperável de Intangível – Impairment	1.331.214 781.038	Provisão de participação nos lucros	(530)	(38)
Provisão para perdas esperadas	1.189 267	Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(12.192)	12.014
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	1.784.092 1.106.603	Outras provisões	575	(1.023)
Aliquota nominal	34% 34%	Provisão para manutenção de rodovias	7.776	24.848
Total	606.591 376.245	Amortização acumulada de obras futuras	2.176	1.796
Diferenças temporárias passivas		Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	1.806	1.975
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas (c)	(114.283) (114.283)	Arrendamentos	(418)	1.033
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	62.734 56.442	Valor Recuperável de Intangível – Impairment	550.176	716.029
Estorno de capitalização de juros	108 108	Provisão para perdas esperadas	922	267
Amortização estorno de capitalização de juros	(48) (42)	Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	–	(2)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(51.489) (57.775)	Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	6.292	6.290
Aliquota nominal	34% 34%	Amortização estorno de capitalização de juros	(6)	(6)
Total	(17.506) (19.644)	Base de cálculo diferenças temporárias	683.776 711.619	
Total do imposto de renda e contribuição social	589.085 356.601	Aliquota nominal	34% 34%	
Impostos diferidos não constituídos	240.131 39.981	Total	232.484 241.950	
Total do imposto de renda e contribuição social constituído	348.954 316.620	Impostos diferidos não constituídos	200.150 39.981	

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da Sociedade, que prevê um ciclo longo para a realização dos prejuízos fiscais dos impostos de renda e bases negativas da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (Earnings before Taxes – EBT). (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções. (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

10. Direito de Uso – A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso					
Saldo em 31/12/2023	19.885	2.652	1.270	17.957	23 3.224 45.011
Remensurações	–	1.794	1.401	16.025	34 – 19.254
Saldo em 31/12/2024	19.885	4.446	2.671	33.982	57 3.224 64.265
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2023	(11.919)	(2.020)	(418)	(14.166)	(17) (719) (29.259)
Amortização	(4.338)	(1.996)	(270)	(12.782)	(20) (266) (19.672)
Saldo em 31/12/2024	(16.257)	(4.016)	(688)	(26.948)	(37) (985) (48.931)
Direito de uso líquido					
Saldo em 31/12/2023	7.966	632	852	3.791	6 2.505 15.752
Saldo em 31/12/2024	3.628	430	1.983	7.034	20 2.239 15.334
Taxas de amortização – a.a.	22%	45%	10%	38%	35% 8%

	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso					
Saldo em 31/12/2022	18.722	2.606	1.232	11.048	– 2.255 35.863
Remensurações	1.163	46	38	6.966	1 912 9.126
Adições	–	–	–	–	22 – 22
Transferências/reclassificações	–	–	–	(57)	– 57 –
Saldo em 31/12/2023	19.885	2.652	1.270	17.957	23 3.224 45.011
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2022	(7.741)	(540)	(187)	(2.185)	– (453) (11.106)
Amortização	(4.178)	(1.480)	(231)	(11.981)	(17) (266) (18.153)
Saldo em 31/12/2023	(11.919)	(2.020)	(418)	(14.166)	(17) (719) (29.259)
Direito de uso líquido					
Saldo em 31/12/2022	10.981	2.066	1.045	8.863	– 1.802 24.757
Saldo em 31/12/2023	7.966	632	852	3.791	6 2.505 15.752
Taxas de amortização – a.a.	21%	56%	18%	67%	74% 8%

(a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia. (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar. (c) Refere-se a locação de veículos administrativos. (d) Refere-se a locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias. (e) Refere-se a locação de computadores e impressoras. (f) Refere-se a locação de sedes administrativas e terrenos.

11. Imobilizado em Operação – A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento (b)	Total
Custo do imobilizado							
Saldo em 31/12/2023	10.768	6.848	2.259	405	3.128	329	– 23.737
Adições	27	819	38	46	81	–	1.011
Transferências/reclassificações (a)	–	–	–	(37)	–	–	(37)
Saldo em 31/12/2024	10.795	7.667	2.297	451	3.172	329	– 24.711
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2023	(2.557)	(3.906)	(1.120)	(396)	(1.905)	(241)	– (10.125)
Depreciação	(997)	(1.064)	(231)	(16)	(211)	–	(2.519)
Saldo em 31/12/2024	(3.554)	(4.970)	(1.351)	(412)	(2.116)	(241)	– (12.644)
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2023	8.211	2.942	1.139	9	1.223	88	– 13.612
Saldo em 31/12/2024	7.241	2.697	946	39	1.056	88	– 12.067
Taxas de depreciação – a.a.	10%	18%	15%	10%	10%	20%	

(a) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para imobilizado. (b) Imobilizado em andamento, referiu-se a obras e serviços em andamento da Regional Sul, onde está localizada a nova sede da Sociedade. Obras concluídas em 2023, ocorrendo a mobilização total do Centro de Controle Operacional – CCO.

12. Intangível e Infraestrutura em Construção – A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – Redução ao valor recuperável (b) (Impairment)	Adiantamento Software fornecedores (c)	Total do intangível em construção (d)	Total
Custo do intangível				
Saldo em 31/12/2023	2.785.517	(787.432)	12.374	20.505 2.030.964 4.801.007 6.831.971
Adições	330.476	–	1.529	131 332.136 635.026 967.162
Transferências/reclassificações	5.390.151	–	–	(7.650) 5.382.501 (5.382.464) 37
Redução ao valor recuperável (b)	–	(635.380)	–	(635.380) (635.380)
Outros (e)	2.514	–	909	– 3.423 – 3.423
Saldo em 31/12/2024	8.508.658	(1.422.812)	14.812	12.986 7.113.644 53.569 7.167.213
Amortização acumulada				
Saldo em 31/12/2023	(1.076.057)	6.394	(9.189)	– (1.078.852) – (1.078.852)
Amortização	(464.134)	–	(1.868)	– (466.002) – (466.002)
Amortização da redução ao valor recuperável (f)	–	85.204	–	– 85.204 – 85.204
Outros (e)	(1.763)	–	(2)	– (1.765) – (1.765)
Saldo em 31/12/2024	(1.541.954)	91.598	(11.059)	– (1.461.415) – (1.461.415)
Intangível líquido				
Saldo em 31/12/2023	1.709.460	(781.038)</		

(prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice. Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Sociedade avaliou e não há impacto nas demonstrações a ser apresentado pois em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há passivos financeiros conversíveis em ações, também não há obrigações de apresentar cumprimento de *covenants* dentro de 12 meses após o período de referência. A Sociedade cumpriu todos os índices dos *covenants* de suas debêntures em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Sociedade estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

14. Fornecedores, Adiantamento a Fornecedores e Cauções Contratuais – Em 31 de dezembro de 2024, o saldo no passivo circulante de R\$44.846 (R\$134.023 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a passivos junto a fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. O saldo de R\$40.791 (R\$39.721 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. O saldo de R\$20.538 refere-se a adiantamento registrado no ativo realizável a longo prazo como parte do contrato da obra do Contorno Viário de Florianópolis com a Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. realizado em 19 de junho de 2023. Conforme comunicado ao mercado emitido em 10 de julho de 2023 a Litoral Sul rescindiu o contrato de prestação de serviços com a referida empresa. Embora o adiantamento tenha sido realizado para aplicação em obras, devido a rescisão do contrato, o adiantamento foi classificado como contas a receber, uma vez que tal valor não se converterá em serviços prestados. Ao mesmo tempo, a Sociedade acionou suas garantias de contrato da Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. de forma garantir o recebimento do adiantamento realizado ao prestador de serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. Arrendamento Mercantil a Pagar – A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023				
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	10.833	7.006	17.839	14.840	10.969	25.809
Remunerações	18.439	815	19.254	429	8.697	9.126
Adições	–	–	–	7.053	(7.030)	23
Utilizações (*)	(22.373)	–	(22.373)	(19.153)	–	(19.153)
Ajuste a valor presente	–	–	–	–	–	–
– AVP	1.889	–	1.889	2.034	–	2.034
Transferências	4.936	(4.936)	–	5.630	(5.630)	–
Total	13.724	2.885	16.609	10.833	7.006	17.839

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$19.869 (R\$17.607 em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
	675	443	271	294	1.202	2.885

O potencial PIS/COFINS (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 são respectivamente R\$369 e R\$1.700 para PIS e COFINS (R\$316 e R\$1.456, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023). A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a taxa média é de 10,97% a.a.. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade.

16. Transações com Partes Relacionadas – As transações efetuadas com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a despesas administrativas, mútuos e debêntures privadas para capital de giro. Os saldos patrimoniais e as transações realizadas no resultado em 31 de dezembro de 2024 e 2023, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Ativo circulante	31/12/2024	31/12/2023
Controladora/Outras Partes Relacionadas		
Contas a receber:		
Arteris S.A.- controladora (a)	–	60
Planalto Sul S.A. (a)	895	861
Régis Bittencourt S.A. (a)	2.321	2.241
Contas a receber de partes relacionadas circulante	3.216	3.162
Total parte relacionada no ativo circulante	3.216	3.162
Passivo circulante		
Controladora/Outras Partes Relacionadas		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	11.034	8.419
Passivos com partes relacionadas circulante	11.034	8.419
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.- controladora (b)	31.711	31.711
Total dos juros sobre capital próprio a pagar	31.711	31.711
Total do passivo circulante	42.745	40.130
Passivo não circulante		
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (c)	1.085.565	979.190
Empréstimos partes relacionadas não circulante	1.085.565	979.190
Total do passivo não circulante	1.085.565	979.190

Passivos Circulante e Não Circulante	31/12/2024	31/12/2023
Não circulante	Não circulante	Não circulante
Saldo inicial	979.190	979.190
Juros provisionados	125.148	125.148
Imposto de renda retido na fonte	(18.773)	(18.773)
Integralização de Capital Social	–	–
Saldo final	1.085.565	1.085.565

Passivos Circulante e Não Circulante	31/12/2024	31/12/2023
Não circulante	Não circulante	Não circulante
Saldo inicial	979.190	979.190
Despesas financeiras	125.148	125.148
Despesas gerais	(18.773)	(18.773)
Saldo final	1.085.565	1.085.565

Contas de Resultado:	31/12/2024	31/12/2023
Controladora		
Arteris S.A.	(125.148)	(17.248)
Juros capitalizados	65.712	–
Outras partes relacionadas	–	135.353
Planalto Sul S.A.	–	5.380
Fluminense S.A.	–	–
Fernão Dias S.A.	–	–
Régis Bittencourt S.A.	–	12.500
ViaPaulista S.A.	–	7
Total	(59.436)	639
Despesas financeiras	(59.436)	(75.178)
Despesas gerais	(59.436)	(8.849)

(a) A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da *holding*, com base na receita de suas controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. Os valores no subitem "Outras partes relacionadas" estão relacionados a reembolsos de custos e despesas administrativas entre as controladas. (b) Saldo a prazo de juros sobre o capital próprio conforme nota explicativa nº 20. (c) Correntes da 2^a, 3^a, 4^a, 5^a, 6^a, 7^a e 8^a emissões de debêntures serão única não conversíveis em ações celebradas com a Arteris S.A. para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a uma taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do *spread* que variam de 1% a 1,5% a.a. Os juros apresentados no demonstrado do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
28/04/2015	31/12/2028	CDI + 1,50% a.a.	32.745	53.274	32.745	44.299
03/07/2015	31/12/2028	CDI + 1,50% a.a.	20.000	27.622	20.000	22.648
19/08/2015	31/12/2028	CDI + 1,50% a.a.	30.000	40.177	30.000	32.857
21/05/2018	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	280.000	161.456	280.000	118.698
19/11/2019	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	260.000	153.726	260.000	94.833
05/11/2020	31/12/2028	CDI + 1,00% a.a.	37.700	17.122	37.700	5.410
			660.445	453.377	660.445	318.745
			1.113.822	979.190		

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade reconheceu o montante de R\$7.169 (R\$6.297 em 31 de dezembro de 2023), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, dos quais R\$1.536 (R\$1.319

em 31 de dezembro de 2023) relativos à diretoria da Sociedade e R\$5.633 (R\$4.978 em 31 de dezembro de 2023) relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo – ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente. Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações. A

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro abaixo apresenta a média ponderada de ações:

Evento	Data	Dias (evento e final do período)		Ações emitidas no ano	Saldo atual de ações	Média ponderada de ações
		%	anos			
INICIAL	31/12/2023	–	0,00%	–	3.503.155.555	3.503.155.555
Ata AGE	26/03/2024	280	76,50%	655.000.000	4.158.155.555	501.092.896
FINAL	31/12/2024	366	–	655.000.000	–	4.004.248.451
		Média ponderada (em milhares)				4.004.248

26. Instrumentos Financeiros – As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

		31/12/2024		31/12/2023		
		Mensuração (*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixas e equivalentes de caixa	Nível 2	1	25.700	25.700	27.377	27.377
Aplicações financeiras	Nível 2	1	4.364	4.364	3.362	3.362
Contas a receber clientes	Nível 2	2	42.114	42.114	41.536	41.536
Contas a receber – partes relacionadas	Nível 2	2	3.216	3.216	3.162	3.162
Adiantamento a fornecedores	Nível 2	2	20.670	20.670	20.538	20.538
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	39.864	39.864	25.315	25.315
Outros Créditos	Nível 2	2	4.310	4.310	4.654	4.654
			140.238	140.238	125.944	125.944
Passivo						
Debêntures partes relacionadas	Nível 2	2	1.085.565	1.085.565	979.190	979.190
Contas a pagar – partes relacionadas	Nível 2	2	42.745	42.745	40.130	40.130
Debêntures (a)	Nível 2	1	2.341.847	2.205.404	2.243.384	2.524.956
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	85.637	85.637	173.744	173.744
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	1.364	1.364	1.305	1.305
Outras contas a pagar	Nível 2	2	27.743	27.743	17.750	17.750
Arrendamento mercantil a pagar (b)	Nível 2	1	16.609	16.609	17.839	17.839
			3.601.510	3.465.067	3.473.342	3.754.914

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado (a) Víde nota 12 (b) Não é escopo do CPC 48.

Mensuração a valor justo: O Pronunciamento Técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Técnicas de mensuração do valor justo: A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulares são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo. Os valores contábeis dos mútuos a pagar com partes relacionadas e empréstimos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas da Sociedade, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos. Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor PresidenteAntônio César Ribas Sassi
Diretor SuperintendenteNilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com InvestidoresGiane Luza Zimmer de Freitas
Diretora de Assuntos RegulatóriosLuiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barreto Garcia – Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega – Conselheira

Roberto Paolini – Conselheiro

Contador

Anderson Rossi Mosna – CRC 1SP 257.150/O-7

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da

Autopista Litoral Sul S.A.

São José dos Pinhais-PR

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopista Litoral Sul S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Redução do valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão:** Veja as notas explicativas 3 (ii), 4.7 e 12 das demonstrações contábeis: **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade manteve um ativo intangível em operação, nas suas demonstrações contábeis, ativos não financeiros relacionados a contratos de concessão. Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos, a Sociedade estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, da sua unidade geradora de caixa (UGC's) às quais esses ativos estão alocados. A determinação do valor em uso da UGC é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); e (iv) taxa de desconto. Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria dado que as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das unidades geradoras de caixa são subjetivas, e variações nessas premissas podem resultar em mudanças significativas nos saldos das demonstrações contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluiram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados a elaboração dos fluxos de caixa futuro para determinação dos lucros tributáveis futuros afim de certificar-se da recuperabilidade dos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e as diferenças temporárias dedutíveis, que estariam disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e as diferenças temporárias possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentados em um estudo técnico preparado pela administração da Sociedade e envolve certas premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); e (iii) taxa de inflação esperada (IPCA). Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluiram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados a elaboração dos fluxos de caixa futuro para determinação dos lucros tributáveis futuros afim de certificar-se da recuperabilidade dos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e as diferenças temporárias dedutíveis, que estariam disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e as diferenças temporárias possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentados em um estudo técnico preparado pela administração da Sociedade e envolve certas premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); e (iii) taxa de inflação esperada (IPCA). Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações contábeis. **Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser

27. Gestão de Risco – De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir: **Riscos de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços do mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. a) **Exposição a riscos de taxas de juros:** A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a mútuos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração efetuou análise da sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e redução de (-25%) nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de 25% e de 50% e redução de (-25%) nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de mútuos e debêntures com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação – Aumento em pontos básicos

Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	
(provável)	(+ 25%)	(+50%)	(- 25%)	
CDI	14,65%	18,31%	21,98%	10,99%
Receita de aplicações financeiras	5.750	7.188	8.626	4.313
Juros a incorrer – Mútuos e Debêntures privadas (*)	(172.650)	(212.843)	(253.037)	(132.456)
Juros a incorrer – Debêntures	(74.874)	(85.090)	(95.305)	(64.659)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(241.733)	(290.745)	(339.716)	(192.802)

Fonte: os dados dos índices dos cenários apresentados: CDI relatório Focus de 02 de janeiro de 2025, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil – BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil – BACEN. (*) Referente ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor. b) **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro fale em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber da Sociedade e de instrumentos financeiros da Sociedade. A exposição da risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características da operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras.

Fonte: os índices dos cenários apresentados: CDI relatório Focus de 02 de janeiro de 2025, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil – BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil – BACEN. (*) Referente ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor. b) **Risco de**